

Considerações sobre os rumos e o papel do ensino superior brasileiro

Prof. Gilberto Teixeira

Assistente-Doutor-FEA/USP

O ensino superior brasileiro encontra-se na confluência de três forças e exigências sociais difusas. A primeira é a da nossa sociedade industrial – tecnológica ainda em fase de auto-afirmação e expansão, com necessidade de uma contínua corrente de mão-de-obra qualificada.

Os requisitos dessa sociedade, da mesma forma que ocorreu em outras nações que já passaram pelo estágio de auto-afirmação, traduzem-se na necessidade de identificar, na população em geral, talentos altamente diferenciados. E, como em todas sociedades industrializadas ou em industrialização, recorreu-se às universidades para que admitisse e treinasse os vários talentos exigidos para o atendimento dessas necessidades, cada vez mais sofisticadas e especializadas. O que se busca, então, ao adotar tal política educacional, é que o talento científico seja identificado, encorajado à ingressão nas disciplinas apropriadas, e, educado de acordo com as habilidades individuais. Assim, aqueles que tenham uma tendência para a abstração deveriam ser treinados no final do espectro; aqueles que possuam uma mente mais prática seriam treinados nas ciências aplicadas.

Resulta dessa política educacional, quando conduzida de forma muito centralizada como ocorre no Brasil já há muito, que um erro qualquer nos processos de seleção combinado a um erro de previsão das exigências da mão-de-obra pode dismantelar totalmente o sistema de industrialização, pelo fato de não oferecer ao talento certo o treinamento certo, nas quantidades certas e no momento certo. Ora, é sabido que quanto menor o desenvolvimento de uma sociedade, logicamente menor é a qualidade e precisão de suas estatísticas e previsões. E sem sombra de dúvida, estamos enquadrados nesse conjunto de nações.

Como resultado, numa sociedade onde hajam desencontros entre a necessidade social e **out-put** das universidades, o resultado é danoso não só para o crescimento da economia mas também para o emprego dos graduados universitários. Daí, resultando uma grande dose de inquietação social e ansiedade pessoal. E esse fenômeno ninguém de bom senso poderá contestar, já está acontecendo no Brasil. A estratégia de

planejar as necessidades de recursos humanos, selecionar, classificar e treinar toda a variedade de talentos, é uma resposta meritocrática. Justifica-se numa sociedade tecnológica que ela não permita pessoas inadequadamente capacitadas em posições-chave. Ser o filho do chefe é uma suficiente garantia de competência e, ainda que um diploma universitário possa não ser uma prova cabal dessa competência, ele garante maior probabilidade de melhores performances.

O modelo meritocrático acima descrito seria talvez válido, sobrepondo-se aos antigos critérios de seleção segundo casta e classe social, se não tivesse ocorrido um desafio na outra extremidade do espectro, que é a segunda das forças e exigências sociais: as necessidades do trabalho permaneceram essencialmente meritocráticas mas, o sistema de entrada na universidade foi desafiado por um impulso democrático de igualitarismo que se traduziu numa pressão universal, da qual o Brasil não escapou, de maiores facilidades de acesso à universidade.

Essa nova concepção não leva em conta as diferenças humanas; explica que a causa de talentos desiguais a condições sociais desiguais, as quais, por sua vez, são parcialmente atribuídas a considerações elitistas e meritocráticas para a entrada na universidade.

O argumento que se usa, então, é que o tratamento desigual no passado levou a uma preparação desigual no presente. O fato de que as desigualdades sociais são causadas diretamente por diferenças de talento humano é obscurecido pela retórica emocional que exige justiça social através do acesso mais democrático à universidade.

A essa pressão e a essas considerações, a universidade tem que responder através de suas políticas de admissão. Enquanto as considerações meritocráticas exigem uma atenção meticulosa das aptidões e potencialidades individuais, as considerações igualitárias exigem igualmente uma atenção especial quanto à justiça social e, não esquecendo também, as variadas formas de apoio financeiro aos poucos recursos.

Como se já fosse suficientemente difícil lidar e idealmente solucionar essas considerações conflitantes, a universidade deve considerar um terceiro aspecto que se adiciona aos dois primeiros:— a questão dos padrões acadêmicos — preocupação que não é de pequena monta pelo menos por parte do corpo docente das universidades.

Os padrões acadêmicos, ainda que sejam uma régua imprecisa, devem também constituir-se numa base muito significativa para a tomada de decisão na política de seleção à admissão a Universidade.

Para os propósitos que temos aqui em vista, eles implicam em medir a capacidade e potencialidade do estudante-candidato, independentemente das “necessidades de mão-de-obra” ou das aspirações dos estudantes. Por outro lado, recorrer inflexivelmente aos padrões acadêmicos poderá ter como consequência enfraquecer não só a necessidade social — mudando a distribuição dos talentos, como também as expectativas dos estudantes — frustrando suas aspirações acadêmicas e profissionais.

A resposta dos professores universitários é de que rebaixar os padrões em benefício de exigências não acadêmicas é falsear a própria idéia de universidade. No outro extremo, poder-se-ia afirmar que os

padrões são padrões e que tanto as necessidades como as aspirações terão simplesmente que levá-los em conta.

Assim, se a política de seleção e admissão refletir somente as necessidades de mão-de-obra, a meritocracia será acusada de injusta. Se por outro lado, refletir somente as imposições igualitárias de justiça social, a sociedade pode estagnar-se devido a um grande desencontro entre o talento e as capacidades necessárias. E, se numa terceira posição, a universidade ignorar a importância dos padrões acadêmicos, então a educação adquirida pode ser uma enorme fraude.

À medida que um país passa do elitismo para a educação superior substancialmente ampliada, o sistema de seleção e admissão torna-se, de fato, um dos determinantes que, a longo prazo, ocasionará o grau em que os cidadãos educados igualar-se-ão às necessidades e aspirações da sociedade. A universidade passa a funcionar como se fosse uma gigantesca tesoura: Uma das lâminas corta no sentido da diferenciação meritocrática, enquanto a outra corta no sentido da similaridade igualitária.

O parafuso que une as duas lâminas é o parafuso da importância curricular e dos padrões acadêmicos.